

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo  
**Romão Avila Milhan Junior**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siufi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

**(67) 3318-2091** e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

**(67) 3357-2449** e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 6484/2023-PGJ, DE 28.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Marcos Roberto Dietz e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nos Autos nºs 0956616-88.2022.8.12.0001, 0956612-51.2022.8.12.0001 e 0956615-06.2022.8.12.0001, em trâmite na 1ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6411/2023-PGJ, DE 24.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 5885/2023-PGJ, de 30.10.2023, que estabeleceu a escala de plantão dos Promotores de Justiça referente ao mês de novembro de 2023, de forma que, onde consta:

PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE
REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERENOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI			
20 (19h01min) a 27.11.2023 (11h59min)	2ª PJ de Aquidauana	José Maurício de Albuquerque	99986-4384

- Passe a constar:

PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE
REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERENOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI			
20 (19h01min) a 22.11.2023 (11h59min)	2ª PJ de Aquidauana	José Maurício de Albuquerque	99986-4384
22 (19h01min) a 27.11.2023 (11h59min)	3ª PJ de Aquidauana	João Meneghini Girelli	99691-2601

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6440/2023-PGJ, DE 27.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 5759/2023-PGJ, de 24.10.2023, na parte que concedeu ao Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques 2 (dois) dias de folga compensatória pelo exercício da atividade ministerial em plantão que seriam usufruídos nos dias 30.11 e 1º.12.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6405/2023-PGJ, DE 24.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Clovis Amauri Smaniotto para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 8ª Vara do Juizado Especial – Justiça Itinerante – Unidade 2 (2) da comarca de Campo Grande, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 1º.1.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6406/2023-PGJ, DE 24.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Oscar de Almeida Bessa Filho para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 11ª Vara do Juizado Especial Central (1) da comarca de Campo Grande, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 7.1.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6407/2023-PGJ, DE 24.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Emy Louise Souza de Almeida Albertini para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos feitos relativos ao cumprimento das cartas precatórias cíveis em geral em trâmite perante a Vara de Falências, Recuperações, Insolvências e Cumprimentos de Cartas Precatórias Cíveis em Geral de Campo Grande (1), pelo período de 1 (um) ano, a partir de 23.1.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6461/2023-PGJ, DE 27.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Bolivar Luis da Costa Vieira para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 72ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no período de 22.11 a 19.12.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Aline Mendes Franco.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6462/2023-PGJ, DE 27.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Oscar de Almeida Bessa Filho para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 11ª Vara do Juizado Especial Central (2) da comarca de Campo Grande no período de 27.11 a 19.12.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Aline Mendes Franco.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6463/2023-PGJ, DE 27.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Kristiam Gomes Simões para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 8ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no dia 24.11.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça José Luiz Rodrigues.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6464/2023-PGJ, DE 27.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Antonio André David Medeiros para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Chefia de Gabinete do Corregedor-Geral do Ministério Público no período de 21 a 26.11.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Élcio Félix D’Angelo.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6465/2023-PGJ, DE 27.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Plínio Alessi Junior para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Assessoria Especial do Corregedor-Geral do Ministério Público 1, ASCG 1, no período de 21.11 a 20.12.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Élcio Félix D’Angelo.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6466/2023-PGJ, DE 27.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 8ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas no dia 24.11.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Moisés Casarotto.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6467/2023-PGJ, DE 27.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça João Meneghini Girelli para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça da comarca de Terenos no dia 24.11.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6469/2023-PGJ, DE 27.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Plínio Alessi Junior para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Chefia de Gabinete do Corregedor-Geral do Ministério Público no período de 27.11 a 19.12.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Élcio Félix D’Angelo.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6472/2023-PGJ, DE 28.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Luiz Eduardo Lemos de Almeida para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no dia 7.12.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Fabricio Proença de Azambuja.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6473/2023-PGJ, DE 28.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça João Meneghini Girelli para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Miranda nos dias 18 e 19.12.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Talita Zoccolaro Papa Muritiba.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6475/2023-PGJ, DE 28.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Antonio André David Medeiros para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Chefia de Gabinete do Corregedor-Geral do Ministério Público no período de 8 a 26.1.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Élcio Félix D’Angelo.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6476/2023-PGJ, DE 28.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Antonio André David Medeiros para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Assessoria Especial do Corregedor-Geral do Ministério Público 1, ASCG 1, no período de 8 a 26.1.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Élcio Félix D’Angelo.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6477/2023-PGJ, DE 28.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Antonio André David Medeiros para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Assessoria Especial do Corregedor-Geral do Ministério Público 3, ASCG 3, no período de 8 a 19.1.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Plínio Alessi Junior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6478/2023-PGJ, DE 28.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Renata Ruth Fernandes Goya Marinho para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial, Gacep, no período de 8 a 12.1.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Luciana Moreira Schenk.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6479/2023-PGJ, DE 28.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial, Gacep, no período de 15 a 27.1.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Luciana Moreira Schenk.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6480/2023-PGJ, DE 28.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Rosana Suemi Fuzita Irikura para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas no período de 8 a 26.1.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Daniela Araujo Lima da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6481/2023-PGJ, DE 28.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim no período de 15 a 26.1.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Victor Leonardo de Miranda Taveira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6486/2023-PGJ, DE 28.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Fernando Jorge Manvailer Esgaib para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 9ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no período de 27.11 a 1º.12.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Emy Louise Souza de Almeida Albertini.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6487/2023-PGJ, DE 28.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Bolivar Luis da Costa Vieira para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências de custódia do plantão criminal na comarca de Campo Grande no dia 3.12.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6434/2023-PGJ, DE 27.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE005329, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor – Caio Ferreira Campos, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 1; 1.1) Suplente – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 2) Fiscal Administrativa – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 3) Fiscal Técnica – Bruna Natielly Dutra Santana, Assessora Jurídica; 3.1) Suplente – Selma Gonçalves, Técnica I (PGA nº 09.2023.00011780-8).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6435/2023-PGJ, DE 27.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE000385, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Caio Ferreira Campos, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 1; 2) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Gabriela Bernardes Lima, Chefe do Núcleo de Obras e Serviços de Engenharia (PGA nº 09.2023.00011652-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6436/2023-PGJ, DE 27.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE005330, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Caio Ferreira Campos, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 1; 2) Fiscal Administrativo – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnica – Bruna Natielly Dutra Santana, Assessora Jurídica; 3.1) Suplente – Selma Gonçalves, Técnica I (PGA nº 09.2023.00011873-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6437/2023-PGJ, DE 27.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais das Notas de Empenho nºs 2023NE005350 e 2023NE005351, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Caio Ferreira Campos, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 1; 2) Fiscal Administrativa – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 3) Fiscal Técnica – Bruna Natielly Dutra Santana, Assessora Jurídica; 3.1) Suplente – Selma Gonçalves, Técnica I (PGA nº 09.2023.00011908-3).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6438/2023-PGJ, DE 27.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 6281/2023-PGJ, de 21.11.2023, na parte que designou servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como fiscais técnicos do Contrato nº 66/PGJ/2023, de forma que, onde consta: “3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Bruno Zanatto Macedo, Analista/Engenharia Elétrica”, passe a constar: “3) Fiscal Técnico – Cristiano Lopes Baes, Técnico II; 3.1) Suplente – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura” (PGA nº 09.2023.00008089-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6439/2023-PGJ, DE 27.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 5662/2022-PGJ, de 17.11.2022, na parte que designou servidora do Quadro do Ministério Público Estadual como fiscal administrativa suplente do Contrato nº 140/PGJ/2022, de forma que, onde consta: “2.1) Suplente – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnica II”, passe a constar: “2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I” (PGA nº 09.2022.00007345-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6452/2023-PGJ, DE 27.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Exonerar, a pedido, a partir de 1º.12.2023, do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor Ricardo Fagundes Borges Barreto de Almeida, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6453/2023-PGJ, DE 27.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Exonerar, a pedido, a partir de 1º.12.2023, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Manutenção Predial e Conservação do Patrimônio, símbolo MPDS-105, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor Bruno Dantas Sanchez, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6454/2023-PGJ, DE 27.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Nomear Gabriela Bernardes Lima para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, símbolo MPDS-105, na função de Chefe da Divisão de Manutenção Predial e Conservação do Patrimônio, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, em decorrência da exoneração de Bruno Dantas Sanchez; e considerá-la exonerada do cargo de Chefe do Núcleo de Obras e Serviços de Engenharia.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6470/2023-PGJ, DE 28.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE005366, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor – Caio Ferreira Campos, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 1; 1.1) Suplente – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 2) Fiscal Administrativa – Naira Santana de Oliveira, Técnica I; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnica – Bruna Natielly Dutra Santana, Assessora Jurídica; 3.1) Suplente – Selma Gonçalves, Técnica I (PGA nº 09.2023.00011822-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6485/2023-PGJ, DE 28.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE000390, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor – Caio Ferreira Campos, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 1; 1.1) Suplente – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 2) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Gabriela Bernardes Lima, Chefe do Núcleo de Obras e Serviços de Engenharia (PGA nº 09.2023.00011356-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-1458/2023/PGJ, DE 14.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Edgar Roberto Lemos de Miranda, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	8 a 17.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-1455/2023/PGJ, DE 14.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça José Luiz Rodrigues, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2017/2018	5	15 a 19.1.2024	GOZO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-1456/2023/PGJ, DE 14.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça José Luiz Rodrigues, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	26.2 a 6.3.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-1457/2023/PGJ, DE 14.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça José Luiz Rodrigues, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	13 a 22.11.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº E-1459/2023/PGJ, DE 14.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Marcus Vinicius Tieppo Rodrigues, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	8 a 17.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 6488/2023-PGJ, DE 28.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Paulo Barbiero Dorigão, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Sidrolândia, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Supervisão das Promotorias de Justiça e à 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no dia 24.11.2023, em razão de afastamento da servidora Cristina Castilho Akatsuka, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1594/2023/PJ, DE 28.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Paulo Marcio da Silva Soeira, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 1º a 10.7.2024 e de 1º a 10.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 29.1 a 7.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1595/2023/PJ, DE 28.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Natanael Jacinto dos Santos, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 17.7.2024 e de 1º a 10.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1º a 10.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1596/2023/PGJ, DE 28.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Rafael Tosi de Carvalho, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 23.9 a 2.10.2024 e de 25.11 a 4.12.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 26.1 a 4.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1597/2023/PGJ, DE 28.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Josiany da Costa Maia Andrin, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 20 a 29.5.2024 e de 1º a 10.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1º a 10.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1598/2023/PGJ, DE 28.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Everton Aparecido Fernandez de Arruda, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 10 a 19.7.2024 e de 9 a 18.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 22 a 31.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1599/2023/PGJ, DE 28.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Marcelo Wedson João Silva, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 6 a 15.5.2024 e de 31.7 a 9.8.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 22 a 31.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1600/2023/PGJ, DE 28.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Cleizy Mara Romeiro, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 22.1 a 10.2.2024 e de 10 a 19.12.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1601/2023/PGJ, DE 29.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-1408/2023-PGJ, de 9.11.2023, que concedeu férias ao servidor Murilo Marquini Porto, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas nos períodos de 6 a 15.5.2024 e de 30.9 a 9.10.2024", passe a constar: "a serem usufruídas nos períodos de 18 a 27.3.2024 e de 4 a 13.11.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1602/2023/PGJ, DE 29.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Jaqueline Berceli Barca Cursino, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 25.11 a 4.12.2024 e de 7 a 16.1.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 29.1 a 7.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1603/2023/PGJ, DE 29.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Karla Christine Nogueira Farias, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 1º a 10.4.2024 e de 23.9 a 2.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 22 a 31.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1604/2023/PGJ, DE 29.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor João Guilherme de Oliveira Almeida, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas no período de 15.2 a 5.3.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 6 a 15.3.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**COMISSÃO DE CONCURSO****EDITAL Nº 25/2023/COC/MPMS****RESULTADO DAS PROVAS ORAIS**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL e Presidente da Comissão do XXIX Concurso Público de Provas e Títulos para ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, aberto pelo Edital nº 1/2022/COC/MPMS, no uso de suas atribuições legais, **DIVULGA** as notas das Provas Orais do referido Concurso, nos termos dos artigos 47, § 8º e 49 *caput*, da Resolução nº 2/2022-CSMP, de 20.4.2022, bem como convoca os aprovados para a apresentação dos documentos comprobatórios dos títulos, nos termos dos artigos 50 e seguintes da citada Resolução nº 2/2022-CSMP, de 20.4.2022, nos seguintes termos:

**Art. 1º** Ficam divulgadas as notas das Provas de Tribuna dos candidatos por meio do **Anexo I** deste Edital.

**Art. 2º** Ficam divulgadas as notas das Provas Orais dos candidatos aprovados por meio do **Anexo II** deste Edital.

**Art. 3º** Ficam divulgadas as notas das Provas Orais dos candidatos não aprovados por meio do **Anexo III** deste Edital.

**Art. 4º** Ficam convocados os candidatos aprovados a apresentarem os documentos comprobatórios dos títulos **no período de 4 a 11 de dezembro de 2023**, nos termos dos artigos 51 da Resolução nº 2/2022-CSMP, de 20.4.2022.

**Parágrafo único.** Os documentos comprobatórios dos títulos deverão ser protocolizados, mediante fotocópias autenticadas, no período das 12h às 19h, na Divisão de Protocolo-Geral e Arquivo da Procuradoria-Geral de Justiça, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande-MS.

**Art. 5º** Nos termos dos §§ 1º, 2º e 3º do artigo 49 da Resolução nº 2/2022-CSMP, de 20.4.2022, o candidato, diretamente ou por intermédio de procurador habilitado com poderes específicos, poderá requerer **no período de 4 a 11 de dezembro de 2023** acesso à gravação respectiva ao Presidente da Comissão de Concurso.

§ 1º O pedido de acesso à gravação e os recursos deverão ser protocolizados na Divisão de Protocolo-Geral e Arquivo da Procuradoria-Geral de Justiça, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande-MS, no período das 12h às 19h.

§ 2º A data da entrega da gravação da prova oral ao candidato que a requereu será comunicada mediante publicação de aviso no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e em seu sítio na internet, tendo o prazo de 5 (cinco) dias para sua retirada, diretamente ou por intermédio de procurador habilitado, sob pena de perder o direito ao acesso da respectiva gravação.



§ 3º A partir da retirada da gravação da respectiva prova oral, ou a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo mencionado no parágrafo anterior, o candidato, diretamente ou por intermédio de procurador habilitado, poderá recorrer no prazo de 5 (cinco) dias, encerrando-se às 19h (horário do Estado de Mato Grosso do Sul) do último dia útil do prazo.

**Art. 6º** Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 30 de novembro de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

Presidente da Comissão de Concurso

#### ANEXO I DO EDITAL Nº 25/2023-COC, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023 - NOTAS DAS PROVAS DE TRIBUNA

NOME DO CANDIDATO	EXAMINADORES - PROVA DE TRIBUNA							
	Alexandre Magno Benites de Lacerda	Ariadne de Fátima Cantú da Silva	Thalys Franklin da Silva	Fernando Martins Zaupa	Luiz Eduardo de Souza Sant'Anna Pinheiro	Alexandre Lima Raslan	Daniel Iachel Pasqualotto	MÉDIA
Carolina Aleixo Benetti de Oliveira Rodrigues	4,00	5,00	2,50	4,00	3,70	4,50	4,88	<b>4,08</b>
Felipe Blos Orsi	7,00	9,50	7,50	8,50	7,50	8,50	7,38	<b>7,98</b>
Felipe Rocha Vasconcellos de Freitas Pinheiro	6,00	8,00	6,00	6,50	5,70	6,00	7,50	<b>6,53</b>
Gabriela Rabelo Vasconcelos	6,50	7,80	6,00	7,50	6,80	7,00	7,19	<b>6,97</b>
Guilherme Timm Rocha	6,00	9,70	7,00	6,00	6,10	5,50	6,88	<b>6,74</b>
João Augusto Arfeli Panucci	6,00	8,30	7,00	7,00	6,20	7,00	6,38	<b>6,84</b>
Joao Goncalves de Souza Neto	5,20	8,00	6,00	7,00	6,00	5,50	6,00	<b>6,24</b>
Kellen Laura Baltha da Silva Leitão	6,00	7,00	6,00	6,00	5,20	5,50	5,88	<b>5,94</b>
Laura Alves Lagrota	9,50	9,00	8,50	7,50	8,20	9,00	8,50	<b>8,60</b>
Laura Assagra Rodrigues Barbosa Pimenta	8,50	10,00	8,00	8,00	7,90	8,50	8,50	<b>8,49</b>
Lucas Rodrigues de Lima	6,00	7,80	7,50	6,00	5,30	6,50	6,50	<b>6,51</b>
Maísa Arantes Burgos	4,00	5,00	3,00	4,00	4,20	4,50	5,88	<b>4,37</b>
Pedro Henrique de Deus Moreira	6,00	7,00	5,00	6,50	6,40	8,00	5,63	<b>6,36</b>
Renata Teixeira de Andrade	5,50	8,50	7,50	7,50	5,60	7,00	6,88	<b>6,93</b>
Stebbin Athaides Roberto da Silva	5,50	5,00	3,00	5,50	4,80	6,00	5,88	<b>5,10</b>
Vitoria de Fátima Herechuk	8,00	10,00	8,50	9,00	7,70	8,50	8,13	<b>8,55</b>

#### ANEXO II DO EDITAL Nº 25/2023-COC, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023 - CANDIDATOS APROVADOS NAS PROVAS ORAIS

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	PROVAS ORAIS								
		Tribuna	Direito Penal	Direito Processual Penal	Direito Civil	Direito Processual Civil	Tutela de Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos	Direito Constitucional e Direitos Humanos	Direito Administrativo e Direito Eleitoral	Média das Disciplinas
3950001862	Felipe Blos Orsi	<b>7,98</b>	8,60	8,50	10,00	9,40	9,00	8,75	5,00	<b>8,46</b>
3950002226	Felipe Rocha Vasconcellos de Freitas Pinheiro	<b>6,53</b>	7,30	5,75	10,00	9,50	6,80	7,00	6,00	<b>7,48</b>
3950002269	Gabriela Rabelo Vasconcelos	<b>6,97</b>	8,60	5,80	10,00	7,00	8,50	7,50	7,00	<b>7,77</b>
3950001863	Guilherme Timm Rocha	<b>6,74</b>	8,40	9,00	10,00	9,80	7,50	7,00	7,00	<b>8,39</b>
3950002340	João Augusto Arfeli Panucci	<b>6,84</b>	8,60	8,15	8,00	9,50	6,50	7,00	6,00	<b>7,68</b>
3950003235	Laura Alves Lagrota	<b>8,60</b>	9,50	9,50	10,00	9,70	7,50	9,25	8,50	<b>9,14</b>
3950000428	Laura Assagra Rodrigues Barbosa Pimenta	<b>8,49</b>	9,00	7,65	10,00	10,00	9,00	8,00	8,00	<b>8,81</b>
3950002614	Renata Teixeira de Andrade	<b>6,93</b>	7,50	8,75	10,00	8,30	9,00	6,75	6,50	<b>8,11</b>
3950000174	Vitoria de Fátima Herechuk	<b>8,55</b>	8,60	9,75	10,00	10,00	8,90	8,75	7,00	<b>9,00</b>

## ANEXO III DO EDITAL Nº 25/2023-COC, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023 - CANDIDATOS NÃO APROVADOS

Nº INSC.	PROVAS ORAIS								
	Tribuna	Direito Penal	Direito Processual Penal	Direito Civil	Direito Processual Civil	Tutela de Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos	Direito Constitucional e Direitos Humanos	Direito Administrativo e Direito Eleitoral	Média das Disciplinas
3950000046	<b>4,08</b>	7,10	7,75	10,00	7,40	5,90	4,50	5,00	<b>6,81</b>
3950002093	<b>6,24</b>	8,00	4,50	10,00	9,00	5,80	6,50	6,00	<b>7,11</b>
3950002166	<b>5,94</b>	6,00	3,50	10,00	8,20	5,00	5,50	7,00	<b>6,46</b>
3950001098	<b>6,51</b>	6,00	1,75	9,00	4,80	4,90	5,00	5,00	<b>5,21</b>
3950001747	<b>4,37</b>	7,40	5,25	10,00	7,00	6,60	6,50	6,00	<b>6,96</b>
3950000886	<b>6,36</b>	8,40	2,80	10,00	4,30	4,90	6,00	6,00	<b>6,06</b>
3950002543	<b>5,10</b>	7,60	4,00	10,00	7,90	4,90	6,00	7,00	<b>6,77</b>

## CONSELHO SUPERIOR

**DELIBERAÇÕES PROFERIDAS NA 20ª SESSÃO DE JULGAMENTO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, INICIADA EM 6 DE NOVEMBRO DE 2023.**

## 2. Ordem do dia:

### 2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

#### 2.1.1. RELATORA-CONSELHEIRA IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI:

##### 1. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00001576-4

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Anônimo

Requerido: Baiano Rifas

Assunto: Apurar eventual irregularidade em site de rifas, constante na ausência de informações sobre regramento e/ou orientação ao consumidor, bem como indícios de que o sorteio seja atrelado aos números da loteria federal, o que ensejaria em tese contravenção penal.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE EM SITE DE RIFAS, BEM COMO INDÍCIOS DE QUE O SORTEIO SEJA ATRELADO AOS NÚMEROS DA LOTERIA FEDERAL – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando o acervo documental coligido ao presente feito, verifica-se que não restou comprovada a existência de ilegalidades decorrentes das atividades da empresa investigada, inexistindo fundamentos para a continuidade das diligências ou instauração de ação judicial cabível. 2. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

##### 2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000728-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ribas do Rio Pardo

Assunto: Apurar as condições físicas da estrutura e dos bens móveis pertencentes à Escola Rural Municipal situada na Fazenda Maringá, Zona Rural do Município de Ribas do Rio Pardo.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE RIBAS DO RIO PARDO - APURAR AS CONDIÇÕES FÍSICAS DA ESTRUTURA E DOS BENS MÓVEIS PERTENCENTES À ESCOLA RURAL MUNICIPAL SITUADA NA



FAZENDA MARINGÁ, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE RIBAS DO RIO PARDO - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta visando a melhoria do estado de conservação do prédio onde se encontra instalada a Escola Municipal Rural Luíz Grando, situada na Fazenda Maringá, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Além disso, instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008221-3, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas do TAC. 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

### 3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000823-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Odorico Amaral Filho

Assunto: Apurar informações que indicam potencial prejuízo ambiental na Fazenda Guaicurus, de propriedade de Odorico Amaral Filho.

**Advogados: José Elnício Moreira de Souza – OAB/MS nº 6.275 e Ivan Alves Cavalcanti OAB/MS nº 13.164.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE AMAMBAI - APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL NA FAZENDA GUAICURUS, CONSISTENTE NO PARCELAMENTO DA ÁREA SEM LICENCIAMENTO AMBIENTAL - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - CELEBRAÇÃO DE TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foram firmados Termos de Ajustamento de Conduta para a regularização da situação jurídico-ambiental do imóvel, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Além disso, instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007786-5, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas do TAC. 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

### 4. Inquérito Civil nº 06.2020.00001246-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio da comarca de Anaurilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Ilson Pedrosa e Zilda Zacaroni Pedrosa

Assunto: Apurar desmatamento possivelmente ilegal de 64,1 ha de vegetação nativa, no bioma Mata Atlântica, ocorridos na Fazenda Arco Íris, no município de Anaurilândia/MS, constatados pelo Parecer Nugeo nº 322/20 e pelo Relatório de Informações Complementares nº 005/2ºGPM/2020.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE ANAURILÂNDIA - APURAR DESMATAMENTO POSSIVELMENTE ILEGAL DE 64,1 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA NA FAZENDA ARCO ÍRIS, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização da situação jurídico-ambiental do imóvel, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009626-2 visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas do TAC, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

### 5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000229-8

7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ângelo Chaves Guerreiro



Assunto: Apurar eventual ilegalidade pela não comprovação de lastro patrimonial na aquisição pelo atual Prefeito de Três Lagoas, Ângelo Chaves Guerreiro, de sítio localizado na estrada Arapuá.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE TRÊS LAGOAS – APURAR EVENTUAL ILEGALIDADE PELA NÃO COMPROVAÇÃO DE LASTRO PATRIMONIAL NA AQUISIÇÃO DE UM SÍTIO PELO PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS - AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE CARACTERIZEM A PRÁTICA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando o acervo documental coligido ao presente feito, verifica-se que não foram constatadas irregularidades que configurem a prática de atos de improbidade administrativa pelo requerido, porquanto não restou demonstrado que, ao adquirir o imóvel em questão, o agente público obteve aumento patrimonial incompatível com os rendimentos auferidos no exercício do mandato eletivo. 2. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

#### 6. Inquérito Civil nº 06.2021.00001182-0

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul - SES/MS

Assunto: Apurar suposta inconformidade do período de 02 (dois) anos de mandato estabelecido aos membros do Conselho Estadual de Saúde no Regimento Interno do CES, apontada no Relatório de Apuração de Denúncia n. 3.588/2021, elaborado pela Coordenadoria Estadual de Controle, Avaliação e Auditoria – CECAA.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR SUPOSTA INCONFORMIDADE DO PERÍODO DE 02 (DOIS) ANOS DE MANDATO ESTABELECIDO AOS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS – APROVAÇÃO DE UM NOVO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO MATO GROSSO DO SUL – ALTERAÇÃO DO MANDATO DOS CONSELHEIROS E MEMBROS DA MESA DIRETORA PARA 03 (TRÊS) ANOS – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando o acervo documental coligido ao presente feito, verifica-se que foram adotadas as providências necessárias para atender às recomendações ministeriais, por meio da aprovação de um novo Regimento Interno do Conselho Estadual de Saúde, cujas alterações objetivam oportunizar a democratização e oxigenação da atuação dos Conselheiros de Saúde. 2. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

#### 7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000508-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Apurar possível repercussão na seara do patrimônio público e social e no âmbito de aplicação da Lei nº 8.429/92 dos atos que deram ensejo à rejeição das contas do Município de Ponta Porã nos exercícios financeiros de 2014 e 2016.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PONTA PORÃ – APURAR POSSÍVEL REPERCUSSÃO NA SEARA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL E NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DA LEI Nº 8.429/92 DOS ATOS QUE DERAM ENSEJO À REJEIÇÃO DAS CONTAS DO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ NOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 2014 E 2016 - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE CARACTERIZEM A PRÁTICA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – DOLO NÃO COMPROVADO – FATOS QUE TERIAM OCORRIDO EM 2014 - PRESCRIÇÃO QUINQUENAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto seria inviável eventual ajuizamento de ação civil pública, em virtude da prescrição quinquenal prevista no art. 23, II, da Lei n. 8.429/92, anterior às alterações promovidas pela Lei 14.230/21. 2. Por outro lado, não há elementos concretos nos autos que demonstrem a prática de atos de improbidade administrativa pelo Município de Ponta Porã. 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

#### 8. Inquérito Civil nº 06.2022.00001066-9

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande



Requerente: Augusto do Amaral

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar as irregularidades constatadas durante vistoria na UAIFA I, em atendimento à Recomendação nº 60/2017-CNMP e à Instrução Normativa nº 2/2019/CGMP.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR AS IRREGULARIDADES CONSTATADAS DURANTE VISTORIA NA UAIFA I, EM ATENDIMENTO À RECOMENDAÇÃO Nº 60/2017-CNMP E INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2/2019/CGMP - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO A REFORMA E ADEQUAÇÃO DO PRÉDIO DA UAIFA I - DESNECESSIDADE DE CONTINUIDADE DAS APURAÇÕES NO PRESENTE FEITO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Tendo em vista que o objeto do presente feito visa unicamente a resolução das questões relativas à acessibilidade da UAIFA I e que as diligências necessárias para conclusão da reforma já foram requisitadas e estão sendo acompanhadas pelo Procedimento Administrativo nº 09.2018.000046556, no bojo do qual houve a celebração de TAC, faz-se desnecessário o prosseguimento das diligências neste IC. 2. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

### 2.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:

#### 1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000580-6

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Rio Brilhante

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, consistente na utilização de servidores comissionados em atividades que seriam afetas à rotina diária e serviços permanentes da Administração Pública, que, por sua natureza, deveriam ser realizadas por servidores efetivos, com possível burla à nomeação de aprovados em concurso público.

**Procuradores do Município:** Viviane Lima Silva – OAB/MS nº 19.221 e Ericomar Correia de Oliveira – OAB/MS nº 10.089.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE RIO BRILHANTE/MS - APURAÇÃO DE EVENTUAL PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, CONSISTENTE NA UTILIZAÇÃO DE SERVIDORES COMISSIONADOS EM ATIVIDADES QUE SERIAM AFETAS À ROTINA DIÁRIA E SERVIÇOS PERMANENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, QUE, POR SUA NATUREZA, DEVERIAM SER REALIZADAS POR SERVIDORES EFETIVOS - RECOMENDAÇÃO EXPEDIDA - EXONERAÇÃO - NÃO CONSTATAÇÃO DE CONDUTA DOLOSA CARACTERIZADORA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que foi expedida Recomendação de fls. 430/442, na data de 15 de abril de 2020, contendo obrigações positivas e negativas a serem seguidas pelo então Chefe do Executivo Municipal. Logo após, os então gestores, informaram acerca da impossibilidade de se cumprir integralmente tal Recomendação Administrativa, tendo em vista legislações específicas relacionadas ao período pandêmico com algumas restrições relacionadas à contratação, ao aumento de despesas e mesmo à realização de concursos públicos. Contudo, tem-se que as exonerações ali estipuladas ocorreram ainda no ano de 2020. Faz-se necessário ressaltar que as disposições da Lei de Improbidade Administrativa, foram significativamente alteradas com o advento da Lei de nº 14.230/2021, notadamente, pela exigência da presença de dolo específico para a configuração dos atos de improbidade e de efetiva comprovação de danos causados ao erário, o que não se vislumbrou nos autos deste feito. Avulta-se, portanto, a impossibilidade de propositura de Ação Civil Pública, inexistindo fatos remanescentes a serem apurados. Impende frisar que a homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede que, com o eventual surgimento de fato novo, dê-se posterior prosseguimento às investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

#### 2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000913-9 – SIGILOSO

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

**Advogado:** Laura Jaber Abdullah Costa – OAB/MS nº 21.091.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento parcial, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

**3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000514-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos Luís Fernando Nunes Rondão Filho

Assunto: Apurar a supressão de 5,45 hectares dentro da reserva legal da Fazenda "Morada do Sol", conforme auto de infração n. 1823 da PMA e laudo 033/2020 do NUGEO/Bonito.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BONITO/MS - APURAÇÃO DA SUPRESSÃO DE 5,45 HECATRES DENTRO DA RESERVA LEGAL DA "FAZENDA MORADA DO SOL", CONSTATADA ATRAVÉS DO LAUDO Nº 033/2020 DO NUGEO - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2023.00008816-2 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta" celebrado às fls. 127/136, está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008816-2 (fl. 137) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos. Promoção de arquivamento – homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

**4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000368-0**

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a falta de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) da Fazenda "Rancho Alegre", área desmembrada, matrícula n. 210.518 (254.852 e 254.854).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 34ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DA FALTA DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO AMBIENTAL RURAL DA "FAZENDA RANCHO ALEGRE" - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - INSCRIÇÃO DO IMÓVEL NO CAR - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DO FEITO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar os fatos objeto de investigação nestes autos, sendo que os imóveis a que se refere o feito, tiveram a situação regularizada mediante inscrição no CARMS (CARMS0085779 e CARMS0085861), sendo, portanto, o arquivamento do Inquérito civil a correta medida de direito aplicável. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

**5. Inquérito Civil nº 06.2023.00000094-2**

76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Secretaria Municipal de Saúde e Clínica de Reabilitação "Os Filhos de Maria"

Assunto: Apurar a falta de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) da Fazenda "Rancho Alegre", área desmembrada, matrícula n. 210.518 (254.852 e 254.854).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 76ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DA REGULARIDADE DO TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO PRESTADO ÀS PESSOAS COM TRANSTORNOS DECORRENTES DO USO, ABUSO OU DEPENDÊNCIA DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS ACOLHIDAS NA COMUNIDADE TERAPÊUTICA CLÍNICA DE REABILITAÇÃO "OS FILHOS DE MARIA" - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - RELATÓRIO DE INSPEÇÃO - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DO FEITO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando-se os autos, não subsiste justificativa para que permaneça em andamento, uma vez que o feito foi concluído com resolutividade, através da comprovação da adesão às solicitações elencadas nos Boletins de Vistoria e Orientação, atendendo-se aos requisitos de segurança e boas práticas em serviços prestados à população (fl. 293). Além do mais, constatou-se que a Licença Sanitária e o Alvará do Corpo de Bombeiros da Clínica, foram renovados, com validade até meados de 2024 (fls. 334/336). Ademais, foi elaborado relatório pela Promotoria de Justiça de origem



(fls. 295/297), após inspeção in loco na Comunidade Terapêutica, ocasião em que apontou que o local conta com 89 (oitenta e nove) acolhidos, sendo que, no momento da vistoria, alguns deles foram indagados acerca da voluntariedade no acolhimento, os quais responderam afirmativamente. Por fim, impende acrescer que a confirmação do arquivamento do feito pelo Conselho Superior do Ministério Público, não impede, com o eventual surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

#### **6. Inquérito Civil nº 06.2023.00000952-2**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Carlos de Castro Neto

Assunto: Apurar a supressão de 14,74 hectares de vegetação nativa remanescente (ID 1004), no período de 25/02/2022 a 30/07/2022, no interior do imóvel rural "Fazenda São Lourenço", matrícula n.º 11.544, CARMS0020471, sem a autorização do órgão ambiental competente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CORUMBÁ/MS - APURAÇÃO DA SUPRESSÃO DE 14,74 DE VEGETAÇÃO NATIVA REMANESCENTE, NO INTERIOR DO IMÓVEL RURAL "FAZENDA SÃO LOURENÇO" - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2023.00009541-9 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta celebrado" às fls. 88/95, está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009541-9 (fls. 104/108) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos. Promoção de arquivamento – homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

#### **7. Inquérito Civil nº 06.2020.00000395-0**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apuração da notícia de que servidores públicos municipais concursados para o cargo de vigia estariam em desvio de função.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NAVIRAÍ/MS - APURAÇÃO DA NOTÍCIA DE QUE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS CONCURSADOS ESTARIAM EM DESVIO DE FUNÇÃO - FORMALIZAÇÃO DE TAC'S - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2023.00009860-5 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 – RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Imperioso ressaltar, que no transcurso do presente procedimento, houve a informação de celebração de "Termos de Ajustamento de Conduta" com vistas ao saneamento das irregularidades inicialmente constatadas. Pois bem. Verifica-se que os "Termos de Ajustamento de Conduta" celebrados às fls. 696/701 e 718/722, estão em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem, informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009860-5 (fl. 994) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos. Promoção de arquivamento – homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

**8. Inquérito Civil nº 06.2017.00002103-9**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação da "Ekipe Serviços Ltda." pelo Município de Jateí.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE FÁTIMA DO SUL/MS - APURAÇÃO DE EVENTUAL IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA "EKIPE SERVIÇOS LTDA." PELO MUNICÍPIO DE JATEÍ - DILIGÊNCIAS EMPREENDIDAS - ATO ÍMPROBO NÃO CONFIGURADO - AUSÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No que tange aos valores praticados na licitação, durante a investigação, foi juntada ao feito cópia do Pregão Presencial nº 014/2017 oriundo da cidade de Glória de Dourados, com praticamente o mesmo objeto da licitação aqui analisada, oportunidade em que, em se observando o valor unitário praticado não há discrepância, ou seja, a diferença de valores possivelmente ocorreu ante a quantidade de pessoas contratadas, o número de meses de contratação, inclusão funções de limpeza de prédios públicos, e maior territorialidade do município. Outrossim, restou devidamente comprovada a prestação de serviço por parte da empresa em referência, tendo em vista que o Município de Jateí encaminhou os documentos atinentes à execução do contrato administrativo (fls. 342/846), bem como foi apresentado o relatório de atividades realizadas pela empresa e os respectivos funcionários contratados no período de julho de 2014 a junho de 2015 (fls. 799/834). Mister destacar que, tratando-se de improbidade administrativa, a responsabilidade pela prática de ato ímprobo é sempre subjetiva, a depender da existência de dolo na conduta do sujeito ativo, o que não restou comprovado no presente caso. Promoção de arquivamento – homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

**2.1.3. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:****1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00005822-4**

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Recorrente: Edinado Ferreira

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Conhecer manifestação acerca de possível irregularidade para registro presencial de reclamação junto ao PROCON, ocorrida nos dias 7 e 10 de julho de 2023.

EMENTA – RECURSO EM NOTÍCIA DE FATO – COMARCA DE CAMPO GRANDE – CONHECER MANIFESTAÇÃO ACERCA DE POSSÍVEL IRREGULARIDADE PARA REGISTRO PRESENCIAL DE RECLAMAÇÃO JUNTO AO PROCON – RECURSO NÃO PROVIDO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer o objeto da Notícia de Fato. Denunciante que relata irregularidade no atendimento do PROCON. Recurso administrativo alegando suposta preterição decorrente de sua origem racial e condições econômicas. Alegações não confirmadas. Consumidor que, mesmo após orientação, não apresentou a documentação necessária para o registro da reclamação. Ausência de fundamentos para o prosseguimento do presente expediente. Recurso desprovido. Promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo não provimento do recurso interposto e pela homologação do arquivamento da presente Notícia de Fato, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00003442-7**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ilegalidade na percepção simultânea de remunerações por parte de servidores públicos do Município de Fátima do Sul, migrado dos autos físicos n. IC 06/2016.

**Retirado da 20ª Sessão de Julgamento Virtual a pedido da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

**3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000769-0**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Paulo Cesar Lima Silveira

Assunto: Apurar eventual violação ao princípio da pessoalidade na contratação de agentes de endemias pelo Município



de Ribas do Rio Pardo.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL – IMPROBIDADE – COMARCA DE RIBAS DO RIO PARDO – APURAR EVENTUAL VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA PESSOALIDADE NA CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE ENDEMIAS PELO MUNICÍPIO DE RIBAS DO RIO PARDO – IRREGULARIDADES NÃO VERIFICADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer o objeto do inquérito civil. Denúncia narrando suposta frustração na imparcialidade de concurso público. Contratações excepcionais e extraordinárias enquanto não finalizado processo seletivo simplificado para contratação. Agentes contratados que passaram por período de teste e avaliação. Ausência do elemento subjetivo dolo. Arquivamento que não obsta posterior prosseguimento das investigações caso se verifique a existência de fatos novos. Promoção de arquivamento homologada.  
**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

#### 4. Inquérito Civil nº 06.2020.00001166-0

76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: ABCG - Associação Beneficente de Campo Grande

Assunto: Apurar irregularidades apontadas no Relatório de Vistoria 117/2020/MS, do CRM, referente ao setor de Ortopedia e Traumatologia da Associação Beneficente de Campo Grande - ABCG (Santa Casa).

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL – SAÚDE – 76ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE – APURAR IRREGULARIDADES APONTADAS NO RELATÓRIO DE VISTORIA 117/2020/MS DO CRM, REFERENTE AO SETOR DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE CAMPO GRANDE-ABCG (SANTA CASA) – ATUAÇÃO RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Verificada a existências de irregularidades nas instalações do setor de ortopedia e traumatologia. Constatada superlotação de pacientes. Adoção de diligências como realização de vistorias e reuniões com os responsáveis pelos diversos setores de saúde municipais e estaduais, bem como diretoria da Santa Casa. Realização de reforma e adoção das medidas necessárias para sanar as irregularidades que comprometiam a prestação do serviço de saúde, bem como para minimizar o risco de desassistência. Único Hospital habilitado como Centro de Trauma Tipo III. Fluxo regulatório em conformidade. Arquivamento que não obsta posterior prosseguimento das investigações em razão de fatos novos. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

#### 5. Inquérito Civil nº 06.2020.00001371-4

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Itapeva Florestal Ltda, Abel Gimenez Neto

Assunto: Averiguar o desmatamento de 82,92 ha de vegetação nativa em áreas de fitofisionomia de Savana Arborizada - Sem floresta-de-galeria (Sas) e Savana Gramíneo-lenhosa e Arborizada (Sa+Sd), sem autorização do órgão competente, na Fazenda Nossa Senhora Aparecida localizada em Ribas do Rio Pardo/MS, conforme Parecer n. 213/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL – AMBIENTAL – COMARCA DE RIBAS DO RIO PARDO – AVERIGUAR O DESMATAMENTO DE 82,92 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA, SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE, NA FAZENDA NOSSA SENHORA APARECIDA LOCALIZADA EM RIBAS DO RIO PARDO CONFORME PARECER NUGEO – PROGRAMA DNA AMBIENTAL – CELEBRADO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Constatado o desmatamento de 146 hectares de vegetação nativa, em área passível de antropização. Propriedade inscrita no CAR/MS. Celebrado TAC com observância aos requisitos e exigências legais. Obrigação de recuperar/regularizar a área desmatada. Obrigação de indenizar o dano ambiental causado. Procedimento de caráter fiscalizatórios instaurado. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

#### 6. Inquérito Civil nº 06.2021.00000197-7

76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul



Requerido: Hospital Regional de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a inadequação na variedade das refeições servidas no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul - HRMS aos pacientes e funcionários.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL – SAÚDE – 76ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE – APURAR INADEQUAÇÃO DOS VALORES NUTRICIONAIS DAS DIETAS DE PACIENTES E FUNCIONÁRIOS DO HOSPITAL REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL, BEM COMO A CORREÇÃO DAS IRREGULARIDADES SANITÁRIAS CONSTATADAS POR MEIO DE INSPEÇÕES REALIZADAS PELA COORDENADORIA ESTADUAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ATUAÇÃO RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para solucionar e esclarecer o objeto dos autos. Relatórios da Vigilância Sanitária que apontam para insuficiência de estoque de alimentos, além de diversas irregularidades relativas à estrutura física da cozinha e procedimentos de manuseio e preparo de alimentos. Atuação resolutive do órgão de execução. Terceirização do processo de produção de alimentos, de modo que o HRMS atualmente somente realiza a distribuição das refeições para os pacientes e funcionários. Irregularidades sanadas. Instauração de Processo Administrativo visando acompanhar inspeções periódicas. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

#### 7. Inquérito Civil nº 06.2021.00000278-7

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Nelson Arruda Fialho

Assunto: Apurar possível desmatamento ilegal de 318,02 ha, ocorrido na propriedade rural com CARMS 43.212, de Nelson Arruda Fialho, no município de Aquidauana/MS.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL – AMBIENTAL – COMARCA DE AQUIDAUANA – APURAR POSSÍVEL DESMATAMENTO ILEGAL DE 318,05 HECTARES, OCORRIDO NA PROPRIEDADE RURAL DENOMINADA FAZENDA CARANDÁ – OPERAÇÃO CERVO-DO-PANTANAL – CELEBRADO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Apresentação de autorizações ambientais para supressão. Constatação técnica no sentido de que dos 318,02 hectares, apenas 58,80 não estavam contemplados pela autorização. Celebrado TAC com observância aos requisitos e exigências legal. Obrigação de recuperar/regularizar a área desmatada. Obrigação de indenizar o dano ambiental causado. Procedimento de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

#### 8. Inquérito Civil nº 06.2021.00000374-2

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar danos ambientais causados na QUADRA 28, inscrição imobiliária n. 09000030012.

**INQUÉRITO CIVIL – AMBIENTAL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – APURAR DANOS AMBIENTAIS CAUSADOS NA QUADRA 28, INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA N. 09000030012 – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.** Diligências suficientes para esclarecer o objeto dos autos. Inquérito Civil instaurado para apurar ocupação irregular em Área de Preservação Permanente inserida em imóvel público que não estava contemplada no objeto da Ação Civil Pública n. 08227996-12.2018.8.12.0001. Medidas adotadas pela Prefeitura Municipal de Campo Grande. Comprovado o ajuizamento de Ação de Reintegração de Posse. Perda do objeto do Inquérito Civil. Ausência de fundamento para continuidade das investigações. Promoção de arquivamento homologado.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

#### 9. Inquérito Civil nº 06.2021.00000681-7

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: CREFISA - Crédito Financiamento e Investimentos S/A

Assunto: Apurar prática abusiva consistente na fixação de taxa de juros remuneratórios excessivos em contratos de empréstimos celebrados pela Crefisa S/A – Crédito, financiamento e investimentos (CNPJ 60.779.196/0001-96).



EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – DIREITO DO CONSUMIDOR – COMARCA DE CORUMBÁ – APURAR PRÁTICA ABUSIVA CONSISTENTE NA FIXAÇÃO E TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS EXCESSIVOS EM CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS CELEBRADOS PELA CREFISA S/A – AUSÊNCIA DE INTERESSE INDIVIDUAL COLETIVO A SER TUTELADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL – PRECEDENTES DO STJ – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para solucionar e esclarecer o objeto do Inquérito Civil. Inquérito Civil instaurado para apurar eventual prática de juros remuneratórios acima da média de mercado praticados pela empresa CREFISA. Contratos de empréstimo que levam em conta diversos fatores individuais do consumidor. Abusividade que somente pode ser apurada caso a caso e não coletivamente. Precedentes do STJ firmado em julgamento de recurso repetitivo. Direito violado que evidencia-se como individual. Ausência de fundamentos para continuidade das investigações. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### 10. Inquérito Civil nº 06.2022.00000008-2

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Investigar a regularidade jurídica dos procedimentos operacionais adotados pelas Polícias Civil e Militar, em atuação em Camapuã/MS, acompanhando as investigações dos casos que resultaram em morte decorrente da intervenção policial, no mês de dezembro/2021, implementando, caso necessário, medidas de orientação e integração.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMAPUÃ – INVESTIGAR A REGULARIDADE JURÍDICA DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS ADOTADOS PELAS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR, EM ATUAÇÃO EM CAMAPUÃ, ACOMPANHANDO AS INVESTIGAÇÕES DOS CASOS QUE RESULTARAM EM MORTE DECORRENTE DA INTERVENÇÃO POLICIAL, NO MÊS DE DEZEMBRO/2021, IMPLEMENTANDO, CASO NECESSÁRIO, MEDIDAS DE ORIENTAÇÃO E INTEGRAÇÃO – ATUAÇÃO RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Adotadas as diligências com o intuito de promover melhorias nos atendimentos policiais. Realização de reuniões e veiculação de Normas Gerais de Ação no âmbito da Polícia Militar. Ausência de fundamentos para o prosseguimento do feito. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### 11. Inquérito Civil nº 06.2022.00000362-4

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a falta de inscrição da propriedade Fazenda Rancho Alegre, matrícula 28.529, no Cadastro Ambiental Rural, o que, em tese, descumpra o art. 29, §3º, do Código Florestal.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – APURAR FALTA DE INSCRIÇÃO DA PROPRIEDADE FAZENDA RANCHO ALEGRE, NO CADASTRO AMBIENTAL RURAL, O QUE, EM TESE, DESCUMPRE O ART. 29, §3º, DO CÓDIGO FLORESTAL – ATUAÇÃO RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do Inquérito Civil. Comprovação de que o imóvel inscrito na matrícula 28.529 está inscrito no CAR/MS. Parecer NUGEO que indica que as coordenadas do relatório inicial se referem ao imóvel de matrícula 254.852 que também já conta com inscrição no CAR/MS. Ausência de fundamentos para o prosseguimento das investigações. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### 12. Inquérito Civil nº 06.2022.00001111-3

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Luiz Alberto Siqueira Cristovão

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 0,7710 hectares de vegetação nativa, na Fazenda Divino Espírito Santo e Bom Jesus, em Taquarussu/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração/IMASUL n. 008539/2021.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AMBIENTAL – COMARCA DE BATAYPORÃ – APURAR REGULARIDADE



JURÍDICO-AMBIENTAL DA SUPRESSÃO DE 0,7710 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA, NA FAZENDA DIVINO ESPÍRITO SANTO E BOM JESUS, EM TAQUARUSSU, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Desmatamento em área remanescente de vegetação nativa sem autorização do órgão ambiental. Propriedade inscrita no CAR/MS. Celebrado Termo de Ajustamento de Conduta com observância aos requisitos da resolução de regência. Obrigação de recuperar e indenizar os danos ambientais causados. Procedimento administrativo de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

### 13. Inquérito Civil nº 06.2023.00000106-3

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Vanderlei Nantes

Assunto: Apurar desmatamento de 3.8 hectares, no Sítio Vitória, em Terenos/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 220/BPMA/2022.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AMBIENTAL – COMARCA DE TERENOS – APURAR O DESMATAMENTO DE 3,8 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA, NO SÍTIO VITÓRIA, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE – PROPRIEDADE DO INCRA – DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO HOMOLOGADO. Possível desmatamento irregular em Projeto de Assentamento Rural. Propriedade do INCRA, autarquia federal. Competência do Ministério Público Federal. Enunciado 16 do CSMP. Declínio de atribuição homologado.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o declínio de atribuição ao Ministério Público Federal, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

### 14. Inquérito Civil nº 06.2023.00000561-5

76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar as medidas adotadas pela SESAU para corrigir as irregularidades apontadas no Relatório de Fiscalização realizado pela Câmara Municipal na Unidade de Saúde da Família Paulo Coelho Machado.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – SAÚDE – 76ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE – APURAR A REGULARIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NA USF PAULO COELHO MACHADO – ATUAÇÃO RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Relatórios técnicos que apontaram irregularidades como necessidade de troca/manutenção de equipamentos e falta de medicamentos. Aquisição de novos condicionadores de ar. Comprovação de processo para aquisição de computadores, medicamentos e equipamentos. Laudo técnico que indicou que a equipe de atendimento conta com funcionários suficientes para não prejudicar o atendimento aos pacientes. Prova de que a SESAU tem se organizado para atender às solicitações da gerência. Ausência de fundamentos para continuidade das investigações. Arquivamento que não obsta posterior prosseguimento das investigações caso se verifique a existência de fatos novos. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

## 2.1.4. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:

### 1. Inquérito Civil nº 06.2017.00002310-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual possibilidade de desobstrução de via pública no distrito de Silviolândia, no município de Coxim/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAL POSSIBILIDADE DE DESOBSTRUÇÃO DE VIA PÚBLICA NO DISTRITO DE SILVIOLÂNDIA, NO MUNICÍPIO DE COXIM/MS - PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verificada a perda superveniente do objeto sob investigação, o ilustre Promotor de Justiça incumbido optou por promover o arquivamento do procedimento em análise, em razão da desnecessidade de propositura de qualquer medida judicial neste sentido, ou ainda da continuação das



investigações. Ademais, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.**

## **2. Inquérito Civil nº 06.2022.00001061-4**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Anibal Paula de Souza, Laercio Mota de Castro, Leniuda Dabid Rosa e Vinicius Martins Rezende

Assunto: Apurar a irregularidade jurídica ambiental referente a supressão de 2,48 hectares em área de vegetação nativa, na Fazenda Córrego do Retiro Velho e Fazenda Retiro Velho (CARMS0019046), em Alcínópolis/MS, sem autorização de autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 286/22/NUGEO (PROGRAMA DNA AMBIENTAL). EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A IRREGULARIDADE JURÍDICA AMBIENTAL REFERENTE A SUPRESSÃO DE 2,48 HECTARES EM ÁREA DE VEGETAÇÃO NATIVA, NA FAZENDA CÓRREGO DO RETIRO VELHO E FAZENDA RETIRO VELHO (CARMS0019046, EM ALCINÓPOLIS/MS, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME LAUDO TÉCNICO N. 286/22/NUGEO (PROGRAMA DNA AMBIENTAL). LITISPENDÊNCIA. OBSERVÂNCIA AO ENUNCIADO Nº 18/CSMP. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do presente procedimento está abrangido pelo objeto Inquérito Civil nº 06.2022.00000709-7, o qual foi instaurado em data anterior a do presente procedimento, também em face do mesmo requerido, devendo permanecer o procedimento mais antigo, consoante disposto no Enunciado nº 18 do Conselho Superior do Ministério Público. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.**

## **3. Inquérito Civil nº 06.2022.00001540-9**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fernando Hernandez Pereira

Assunto: Apurar a prática de dano ambiental decorrente do uso indevido da reserva legal do assentamento Sílvia Rodrigues, no município de Rio Brilhante/MS, conforme narrado no Laudo de Constatação nº 10387, realizado pelo IMASUL.

**Advogada: Michell Moreira Caiçara – OB/MS nº 20.078.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A PRÁTICA DE DANO AMBIENTAL DECORRENTE DO USO INDEVIDO DA RESERVA LEGAL DO ASSENTAMENTO SÍLVIA RODRIGUES, NO MUNICÍPIO DE RIO BRILHANTE/MS, CONFORME NARRADO NO LAUDO DE CONSTATAÇÃO Nº 10387, REALIZADO PELO IMASUL - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP - ENUNCIADO Nº 9/CSMP E ARTS. 26, 38 E 39, DA RESOLUÇÃO Nº 15/2007-PGJ - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, em conformidade com as exigências da Resolução nº 015/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. 2. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo de n.º 09.2023.00009677-3, para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, de acordo também, com a redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. 3. Assim, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.**

### **2.1.5. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**

#### **1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000763-4**

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Hospital Santa Casa de Campo Grande e Secretaria Municipal de Saúde



Assunto: Apurar irregularidades na oferta de consultas ambulatoriais eletivas, especificamente, nos seguintes serviços do Hospital Santa Casa de Campo Grande: Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Neurocirurgia do Trauma e Anomalias do Desenvolvimento; Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Neurocirurgia da Coluna e dos Nervos Periférico; Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Neurocirurgia dos Tumores do Sistema Nervoso; no Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Neurocirurgia Vascular; e no Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Tratamento Endovascular.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR O QUANTITATIVO DE OFERTA DE CONSULTAS AMBULATORIAIS DE NEUROLOGIA E NEUROCIRURGIA NO HOSPITAL SANTA CASA - IRREGULARIDADES PARCIALMENTE SANADAS - CONTRATAÇÃO DE MÉDICOS E SIGNIFICATIVO AUMENTO DE VAGAS PARA CONSULTAS - INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITOS CIVIS PRÓPRIOS PARA O ACOMPANHAMENTO E SOLUÇÃO DA DEMANDA REPRIMIDA DE ATENDIMENTO EM NEUROCIRURGIA - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades constatadas durante as investigações foram parcialmente sanadas, pois houve a contratação de mais médicos para as especialidades de neurologia e neurocirurgia, havendo significativo aumento no número de atendimentos. Em relação a fila de espera para consultas, visando maior celeridade na resolução da problemática, houve a instauração de Inquéritos Civis próprios para acompanhar as medidas tomadas pelo ente público para ampliar a rede credenciada nesta especialidade. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

## 2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001543-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridas: Vera Lúcia Fernandes Geraldi e Aurea Fernandes Geraldi

Assunto: Apurar o desmatamento de 13,36 hectares de vegetação nativa em área de Vegetação Ciliar Aluvial, na Fazenda Santa Stella (CARMS0041844), no Município de Chapadão do Sul/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 429/19/NUGEO Programa DNA Ambiental 2016-2017.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CHAPADÃO DO SUL – DANO AMBIENTAL - APURAR SUPRESSÃO VEGETAL EM ÁREA REMANESCENTE DE VEGETAÇÃO NATIVA SEM AUTORIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS COMPETENTES - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007. Ademais, verifica-se que foi instaurado Procedimento Administrativo, com o fim de acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

## 3. Inquérito Civil nº 06.2020.00001239-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Elizeu Alcalde Cacere

Assunto: Apurar desmatamento de 1,05 hectares de vegetação nativa em área de Mata Atlântica, na fazenda Macauba do Barro Preto, localizada em Rio Brilhante.

**Advogado: Sidney Foroni – OAB/MS nº 4.714.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE RIO BRILHANTE – DANO AMBIENTAL EM ÁREA CARACTERÍSTICA DO BIOMA MATA ATLÂNTICA - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA TAC EM DESACORDO COM O ARTIGO 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO Nº 15/2007 - DILIGÊNCIAS FALTANTES - NECESSIDADE DE INDICAR A ENTIDADE A SER BENEFICIADA COM O VALOR DA MULTA A SER APLICADA EM CASO DE DESCUMPRIMENTO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) se encontra em desacordo com o regramento do artigo 33 ao 43 da Resolução PGJ nº 15/2007, visto que não foi mencionada a entidade a ser beneficiada com as possíveis multas a serem aplicadas nos casos de descumprimento das obrigações. Desse modo,



torna-se necessário o retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem, para que proceda à adequação do Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o(a) requerido(a), para se definir a instituição beneficiada com a sanção pecuniária. Assim, vota-se pela não homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e determinou a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para as providências pertinentes, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

#### 4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000371-3

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a falta de inscrição da propriedade Fazenda Salto e Santa Rosa (Gleba 10), matrícula 259.506, no Cadastro Ambiental Rural, o que, em tese, descumpra o artigo 29, §3º, do Código Florestal.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR FALTA DE INSCRIÇÃO DE PROPRIEDADE RURAL NO CAR/MS - IRREGULARIDADES SANADAS - INSCRIÇÃO REALIZADA - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades constatadas durante as investigações foram devidamente sanadas, visto que o imóvel rural está devidamente inscrito no CAR/MS. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

#### 5. Inquérito Civil nº 06.2022.00000788-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Alexandre Borges Lemes

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental em decorrência da manutenção de aproximadamente 1.300 peixes da espécie lambari e camboja em tanques em propriedade localizada no Distrito de Prudêncio Thomaz, neste município de Rio Brilhante/MS.

**Advogado: Marcio Pereira Costa Filho – OAB/MS nº 18.163.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE RIO BRILHANTE – DANO AMBIENTAL - APURAR POSSÍVEL PRÁTICA DE PESCA IRREGULAR CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 09 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007. Ademais, verifica-se que foi instaurado Procedimento Administrativo, com o fim de acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

#### 6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001112-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Fidelcina Barbosa Pinheiro

Assunto: Apurar a ausência de construção de cercas para isolamento da Área de Preservação Permanente do Rio Baía, a fim de impedir o acesso de animais bovinos em seu interior, na Fazenda Santa Virgínia, em Batayporã/MS, em descumprimento à Notificação nº 4964, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 083/3ºGPM/1ºPEL/5ºCIA/BPMA/2022.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE BATAYPORÃ - DANO AMBIENTAL - APURAR A AUSÊNCIA DE ISOLAMENTO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DO RIO BAÍA - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 09 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de



acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007. Ademais, verifica-se que foi instaurado Procedimento Administrativo, com o fim de acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

#### 7. Inquérito Civil nº 06.2023.00000385-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Juliana Oliveira dos Santos

Assunto: Apurar dano ambiental decorrente de maus-tratos a animal canídeo da raça Pitbull por falta de atendimento veterinário, levando-o a óbito.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE TRÊS LAGOAS - DANO AMBIENTAL - MAUS-TRATOS A ANIMAL CANINO CAUSANDO-LHE O ÓBITO - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP - CUMPRIMENTO INTEGRAL DAS OBRIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007. Ademais, verifica-se que houve o cumprimento integral do TAC, de modo a dispensar a instauração de Procedimento Administrativo para o seu acompanhamento. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

#### 8. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000590-4

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande/MS

Assunto: Apurar possível violação de direitos de crianças e adolescentes em decorrência do fechamento de escola em Zona Rural da extensão Jacinto Matias Freire (Escola Municipal Leovegildo de Melo).

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR POSSÍVEL VIOLAÇÃO DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM DECORRÊNCIA DO FECHAMENTO DE ESCOLA EM ZONA RURAL - NÃO COMPROVAÇÃO DOS FATOS NOTICIADOS - VAGAS OFERTADAS EM OUTRA INSTITUIÇÃO DE ENSINO - TRANSPORTE ESCOLAR REALIZADO CONFORME RESOLUÇÃO SEMED Nº 243/2022 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que não há comprovação dos fatos noticiados, visto que a escola foi fechada em razão do baixo número de estudantes e a dificuldade em encontrar profissionais que aceitem a lotação na unidade. Ademais, embora a escola fechada seja próxima aos alunos que nela estavam matriculados, houve a devida oferta de transporte e vagas em escola rural de ensino regular, localizada dentro do limite de tempo de deslocamento disposto na Resolução SEMED nº 243/2022. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

#### 9. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000329-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: Apurar a regularidade ambiental da obra de canalização do Córrego Cabeceira do Aterro, no município de Paranaíba/MS.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE PARANAÍBA - APURAR A REGULARIDADE AMBIENTAL DE OBRA DE CANALIZAÇÃO DE CÓRREGO - RECOMENDAÇÃO ACATADA IRREGULARIDADES SANADAS - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades anteriormente constatadas foram sanadas, visto que a Prefeitura de Paranaíba está realizando todos os procedimentos para a emissão de licenciamento ambiental a fim de dar início as obras de pavimentação asfáltica e canalização. Ademais, há Plano de Recuperação de Área Degradada para a contensão do processo erosivo presente na Área de Preservação Permanente, o



qual faz parte dos documentos obrigatórios para a concessão da licença de instalação e operação. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

#### **10. Inquérito Civil nº 06.2021.00001062-1**

7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Três Lagoas

Assunto: Apurar eventual ilegalidade e a consequente responsabilidade no pregão presencial nº 149/2017 manejado pela Prefeitura de Três Lagoas para aquisição de medicamentos e insumos farmacêuticos para atendimento de pacientes do SUS no valor de R\$ 1.575.000,00, em que se sagrou vencedora a Drogaria Odeon Ltda.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE TRÊS LAGOAS – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NO PREGÃO PRESENCIAL Nº 149/2017 PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - NÃO COMPROVAÇÃO DOS FATOS NOTICIADOS - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA - AUSÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO, DOLO OU MÁ-FÉ - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades noticiadas não foram comprovadas, uma vez que após análise técnica realizada pelo DAEX, verificou-se que a licitação ocorreu de forma regular, havendo o cumprimento integral das obrigações. Ademais, não restou evidenciado dano ao erário ou a presença de má-fé, visto que as irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado são de ordem técnica, tratando-se de mera irregularidade administrativa. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

#### **2.1.6. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**

##### **1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001388-3**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados, Jomar Alliance Papelaria e Inf. Ltda - ME

Assunto: Apurar notícia indicativa de eventuais irregularidades, consistentes no superfaturamento de produtos objeto de registro de preços de materiais de papelaria, no município de Dourados.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE DOURADOS – PATRIMÔNIO PÚBLICO – APURAR NOTÍCIA INDICATIVA DE EVENTUAIS IRREGULARIDADES, CONSISTENTES NO SUPERFATURAMENTO DE PRODUTOS OBJETO DE REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE PAPELARIA – TERMO ADESÃO (CARONA) – COTAÇÃO DE PREÇOS – AUSÊNCIA DE SUPERFATURAMENTO – INEXISTÊNCIA DE ATO DOLOSO COM FIM ILÍCITO – ATO ÍMPROBO NÃO CONFIGURADO – DANO AO ERÁRIO NÃO VERIFICADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito se justifica, porquanto não houve comprovação de ato doloso com fim ilícito que configure ato de improbidade administrativa, tampouco foi identificado ato ilícito causador de efetivo dano ao erário. A investigação apurou que a cotação de três orçamentos não foi juntada ao procedimento, todavia, as testemunhas ouvidas foram uníssonas ao relatar que essa etapa foi devidamente cumprida, mediante visita presencial às livrarias locais. Outrossim, o Relatório Técnico do DAEX apontou que os preços contratados estavam abaixo da média do mercado, inexistindo qualquer evidência de dano ao erário. Desse modo, esgotadas todas as diligências, inexistente fundamento para a propositura de ação civil, razão pela qual a promoção de arquivamento merece ser homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

##### **2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001734-3**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anaurilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Alechandrina Lemes de Oliveira e Oscar Wilde Bezerra de Oliveira

Assunto: Apurar desmatamento de 1,94 hectares em área de Mata Atlântica, no Sítio Mãe Rainha, em Anaurilândia/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 70/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE ANAURILÂNDIA – MEIO AMBIENTE – APURAR DESMATAMENTO DE 1,94 HECTARES EM ÁREA DE MATA ATLÂNTICA NO SÍTIO MÃE RAINHA – IRREGULARIDADE CONSTATADA – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO –



PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO – ATENDIMENTO DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta incluindo obrigações de fazer, não fazer e reparar os danos ambientais, justifica o arquivamento do Inquérito Civil. O Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas do acordo foi devidamente instaurado pela Promotoria de Justiça de origem. Decisão em conformidade com o Enunciado nº 09 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

### 3. Inquérito Civil nº 06.2023.00000618-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Dionaldo Venturelli Júnior

Assunto: Regularizar e reparar os danos ambientais decorrentes da supressão de 64,9981 hectares de vegetação nativa remanescente, no interior do imóvel rural Fazenda Nossa Senhora Aparecida, pertencente a Dionaldo Venturelli Júnior (CPF 044.050.761-89), sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CORUMBÁ – MEIO AMBIENTE – APURAR E REPARAR OS DANOS AMBIENTAIS DECORRENTES DE SUPRESSÃO DE 64,9981 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA REMANESCENTE NO INTERIOR DA FAZENDA NOSSA SENHORA APARECIDA – IRREGULARIDADE CONSTATADA – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO – ATENDIMENTO DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta incluindo obrigações de fazer, não fazer e reparar os danos ambientais, justifica o arquivamento do Inquérito Civil. O Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas do acordo foi devidamente instaurado pela Promotoria de Justiça de origem. Decisão em conformidade com o Enunciado nº 09 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

#### 2.1.7. RELATORA-CONSELHEIRA FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN:

##### 1. Inquérito Civil nº 06.2023.00000154-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Marilsa Aparecida da Silva Baptista e Marcos Antonio Baptista

Assunto: Apurar a supressão de 10,23 hectares de vegetação do bioma Mata Atlântica, na Fazenda Santa Terezinha Parte 2, em Amambai, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico nº 69/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A SUPRESSÃO DE 10,23 HECTARES DE VEGETAÇÃO DO BIOMA MATA ATLÂNTICA, NA FAZENDA SANTA TEREZINHA PARTE 2, EM AMAMBAI, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME LAUDO TÉCNICO N. 69/22/NUGEO – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC com o compromissário, o qual se comprometeu a realizar as obrigações estabelecidas às fls. 149/155; 2. Consigne-se que foi instaurado o PA nº 09.2023.00004128-8 (fl. 156) para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2016 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as irregularidades inicialmente noticiadas foram objeto de TAC; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

#### 2.1.8. RELATOR-CONSELHEIRO ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:

##### 1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000336-7

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual



Requerido: A apurar

Assunto: Apurar o gerenciamento de resíduos da construção civil de obras públicas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE OBRAS PÚBLICAS. AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES COM RELAÇÃO AO GERENCIAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS. AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM RELAÇÃO AO GERENCIAMENTO DE OBRAS ESTADUAIS. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 17 DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO PARCIAL HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verifica-se que, com relação ao gerenciamento de obras municipais, restou demonstrado no decorrer da instrução do presente feito que há legislação municipal (Lei Municipal nº 4.864/2010), regulamentada de modo suficiente (Decreto Municipal nº 13.192/2017), que detalha o gerenciamento adequado de resíduos de construção civil das obras públicas municipais, e a qual vem sendo cumprida, não se detectando nenhuma ilicitude e/ou irregularidades a serem sanadas. 2. Já com relação ao gerenciamento de obras estaduais, verificou-se que não há o cuidado de zelar para que os resíduos de construção civil de obras públicas sejam encaminhados a lugar ambientalmente licenciado para recebê-los, bem como houve recusa em celebrar compromisso de ajustamento de conduta, razão pela qual a Promotoria de Justiça ajuizou a Ação Civil Pública nº 0919941-92.2023.8.12.0001 (08.2023.00141598-5) em face do Estado de Mato Grosso do Sul, do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL e da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul AGESUL. 3. Em atenção ao Enunciado nº 17 do Conselho Superior do Ministério Público, voto pela homologação da promoção de arquivamento parcial do feito. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO PARCIAL.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento parcial, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

## 2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000520-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Alair Ribeiro Fernandes

Assunto: Apurar a supressão de vegetação nativa de 2,31 hectares na Fazenda Santa Rita (antiga Fazenda Curvelo) sem a devida autorização legal, conforme Auto de Infração nº 6702.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA DE 2,31 HECTARES NA FAZENDA SANTA RITA (ANTIGA FAZENDA CURVELO) SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO LEGAL, CONFORME AUTO DE INFRAÇÃO Nº 6702. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. 2. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008806-2 (fl. 167) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

## 3. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000330-6

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba/MS

Assunto: Apurar a regularidade ambiental da obra de canalização do Córrego Estiva, no Município de Paranaíba/MS.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. APURAR A REGULARIDADE AMBIENTAL DA OBRA DE CANALIZAÇÃO DO CÓRREGO ESTIVA, NO MUNICÍPIO DE PARANAÍBA/MS. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL ACATADA. IRREGULARIDADES SANADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As irregularidades objeto do presente procedimento foram sanadas pelo Município de Paranaíba/MS, que acatou a recomendação expedida pelo órgão de execução e providenciou o licenciamento ambiental exigido para a execução das obras de canalização do Córrego Estiva. 2. Assim, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.



**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

#### **4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001288-8**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Maria de Lourdes Machado

Assunto: Apurar eventual ilegalidade no duplo vínculo de Maria de Lourdes Machado, lotada na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul - UEMS e vinculada à Secretaria Estadual de Educação, sendo que atualmente encontra-se cedida à Assembleia Legislativa do Estado, não mais laborando nas atividades de magistério (objeto originário do IC 27/2014/PJPPS/DD)

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL ILEGALIDADE NO DUPLO VÍNCULO DE MARIA DE LOURDES MACHADO, LOTADA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MATO GROSSO DO SUL - UEMS E VINCULADA À SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, SENDO QUE ATUALMENTE ENCONTRA-SE CEDIDA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO, NÃO MAIS LABORANDO NAS ATIVIDADES DE MAGISTÉRIO. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL APROVADO. 1. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Acordo de Não Persecução Cível com a requerida, em conformidade com as exigências da Resolução nº 3/2021-CPJ, o qual esgota o objeto do Inquérito Civil, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. 2. Posto isso, voto pela aprovação do Acordo de Não Persecução Cível por este Conselho Superior, com a remessa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para que viabilize a homologação judicial, nos termos do art. 17-B, § 1º, III, da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa). VOTO PELA APROVAÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, aprovou o Acordo de Não Persecução Cível e determinou a remessa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para que viabilize a homologação judicial, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

Campo Grande, 29 de novembro de 2023

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

#### **AVISO Nº 075/2023/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência do **recurso** na seguinte **Notícia de Fato**:

##### **1) Notícia de Fato nº 01.2023.00008383-4**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Recorrente: Orlando Fruguli Moreira

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar a existência de servidores comissionados puros, lotados no gabinete do Prefeito e da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, atuando de forma permanente nas dependências da Delegacia de Polícia de Camapuã, com o intuito de liberar o escrivão/líder do Prefeito na Câmara Municipal para atuar livremente na vereança.

##### **2) Notícia de Fato nº 01.2023.00009407-5**

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Recorrente: Thais Rodrigues Ramos da Rosa

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar suposta irregularidade/ilicitude perpetrada pelo gestor de Laguna Carapã/MS, consistente na retenção/não repasse de recursos públicos federais destinados aos agentes de endemias e agentes de saúde com vínculo direto e “empregativo” registrado no CNES.

Campo Grande, 30 de novembro de 2023.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO DÉCIMO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 83/PGJ/2018**

Processo: PGJ/10/1847/2018 - PGA nº 09.2023.00000996-6

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **Ronaldo Benkendorf**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 22/PGJ/2018.

Amparo legal: Artigo 57, §4º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação de vigência contratual, por mais 4 (quatro) meses.

Valor mensal: R\$ 1.403.636,23 (um milhão quatrocentos e três mil seiscentos e trinta e seis reais e vinte e três centavos).

Vigência: 31.12.2023 a 30.04.2024.

Data de assinatura: 29 de novembro de 2023.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 071/PGJ/2023**

Processo nº 09.2023.00011932-8

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **NETWORK SECURE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA**, representada por **Yuri Leopoldo Sabino de Freitas**.

Licitação: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 7, de 28 de março de 2023 decorrente do Pregão Eletrônico nº 05/2023 do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima - TJRR.

Amparo legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), bem como da Resolução TP/TJRR nº 26/2006 (e suas alterações), Resolução TP/TJRR nº 8/2015 e Resolução TP/TJRR nº 15/2013.

Objeto: Fornecimento de Solução de Segurança *Endpoint* com Detecção e Resposta a Ameaças e Incidentes, incluindo Serviço de Gerenciamento Detecção e Resposta a Ameaças e Incidentes, de necessidade contínua, para prover segurança cibernética e manter integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações que trafegam no Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor total: R\$ 445.010,00 (quatrocentos e quarenta e cinco mil e dez reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2023NE000376 e 2023NE000377, de 10.11.2023.

Vigência: 30.11.2023 até 30.11.2026.

Data de assinatura: 30 de novembro de 2023.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****AMAMBAI****EDITAL Nº 0026/2023/02PJ/AMB**

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, assinado em 27/11/2023, entre o Ministério Público Estadual, por meio de sua 2ª Promotoria de Justiça de Amambai e os senhores José Inácio Ritt, João Paulo Ritt, Júlio Cezar Ritt, arrendatário e proprietários do imóvel denominado Fazenda Nova Esperança e São Marcos, referente à regularização da situação jurídico-ambiental da propriedade, no bojo do Inquérito Civil:06.2023.00000671-4, a disposição para consulta na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Amambai (MS), 30 de novembro de 2023.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA  
Promotora de Justiça

**TÍTULO I – DAS PARTES**

COMPROMITENTE: O Ministério Público Estadual, neste ato representado pela Exma. Sra. Promotora de Justiça de Amambai-MS – Dra. Lenize Martins Lunardi Pedreira.

COMPROMISSÁRIO: José Inácio Ritt, brasileiro, agricultor, divorciado, portador do RG nº 00.110.006-6 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 408.187.729-72, residente e domiciliado na Rua Rio Branco, n. 170, Centro, em Amambai/MS.

COMPROMISSÁRIOS: João Paulo Ritt, brasileiro, comerciante, portador do RG nº 1.491.555-9 SESP/PR, inscrito no CPF sob o nº 408.215.609-72, casado sob o regime de comunhão parcial de bens com a Sra. Neuma Maria Moresco, brasileira, portadora do RG nº 4.231.176-6 SESP/PR, inscrita no CPF sob o nº 588.593.309-04, ambos residentes e domiciliados na Av. Parigot de Souza, n. 1484, em Toledo/PR.

COMPROMISSÁRIOS: Júlio Cezar Ritt, brasileiro, comerciante, portador do RG nº 3.658.949-3 SESP/PR, inscrito no CPF sob o nº 502.655.209-91, casado sob o regime de comunhão parcial de bens com a Sra. Zenaide Kunz Ritt, brasileira, portadora do RG nº 5.955.755-6 SESP/PR, inscrita no CPF sob o nº 835.849.949-34, ambos residentes e domiciliados na Av. Rio Pardo, n. 1164, Distrito de Vila Nova, em Toledo/PR.

**TÍTULO II – DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE RURAL**

PROPRIEDADE RURAL: Fazenda Nova Esperança e São Marcos, localizada no município de Amambai/MS, composta pelas matrículas n. 25.928 e n. 28.017, do Cartório do Registro de Imóveis de Amambai/MS, inscrita no Cadastro Ambiental Rural sob o n. 0058681, totalizando aproximadamente a área de 165,1700 hectares.

**EDITAL Nº 0027/2023/02PJ/AMB**

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, assinado em 24/11/2023, entre o Ministério Público Estadual, por meio de sua 2ª Promotoria de Justiça de Amambai e os senhores Miguel Mandotti, Ricardo Boffo Mandotti e Claudemir Boffo Mandotti proprietários do imóvel denominado Nova União, referente à regularização da situação jurídico-ambiental da propriedade, no bojo do Inquérito Civil:06.2023.00000155-2, a disposição para consulta na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Amambai (MS), 30 de novembro de 2023.

**LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA**  
Promotora de Justiça

**TÍTULO I – DAS PARTES**

**COMPROMITENTE:** O Ministério Público Estadual, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Promotor de Justiça de Amambai-MS – Dra. Lenize Martins Lunardi Pedreira.

**COMPROMISSÁRIOS:** Miguel Mandotti, brasileiro, agricultor, portador do RG nº 4.231.142-1, inscrito no CPF sob o nº 608.022.789-49, casado sob o regime de comunhão universal de bens com Cleuza Cristina Santana Mandotti, portadora do RG nº 4.215.724-4, inscrita no CPF sob o nº 742.466.079-91, ambos residentes e domiciliados na Rua dos Flamboyantes, n. 10, Condomínio Paineiras, CEP 85440-000, na cidade de Ubatuba/PR;

**COMPROMISSÁRIO:** Ricardo Boffo Mandotti, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador do RG nº 10.111.615-8, inscrito no CPF sob o nº 071.065.379-42, residente e domiciliado na Rua General Câmara, n. 823, CEP 79990-000, na cidade de Amambai/MS e

**COMPROMISSÁRIO:** Claudemir Boffo Mandotti, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG nº 10.620.162-5, inscrito no CPF sob o nº 092.334.399-76, residente e domiciliado na Rua Cabo Umbelino Nascimento, n. 11, CEP 87595-000, na cidade de Brasilândia do Sul/PR.

**TÍTULO II – DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE RURAL**

**PROPRIEDADE RURAL:** Fazenda Nova União (antiga Fazenda Rancho Guay), localizada no município de Amambai/MS, com acesso por meio da Rodovia MS-386, KM 50, composta pela matrícula n. 21.278 do Cartório do Registro de Imóveis de Amambai/MS, inscrita no Cadastro Ambiental Rural sob o n. 0069390, totalizando aproximadamente a área de 626,61 hectares.

**BATAYPORÃ****EDITAL Nº 0037/2023/PJ/BIP**

A Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2023.00001158-3, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar no endereço Rua Jair Abranches Mella, nº 1.203, Centro, Batayporã-MS ou pelo endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001158-3

Requerente: Ministério Público

Requerido: Romildo Carvalho Cunha

Assunto: apurar eventual dano ambiental consistente na supressão vegetal nativa de 0,47 hectares ocorrida na Fazenda Bandeirantes.

Batayporã, 30/11/2023.

**MURILO HAMATI GONÇALVES**  
Promotor de Justiça em Substituição Legal



---

**DOURADOS**

---

**EDITAL 0019/2023/10PJ/DOS**

A 10ª Promotoria de Justiça de Dourados -MS, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo, abaixo, cujos autos digitais podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00012164-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto : Acompanhar e fiscalizar as medidas implementadas pelo Município de Dourados/MS para cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta objeto da Ação de Execução de Título Extrajudicial 0900021-37.2020.8.12.0002.

Dourados, 27 de novembro de 2023

ROSALINA CRUZ CAVAGNOLLI

Promotora de Justiça

---

**MARACAJU**

---

**EDITAL Nº. 0006/2023/01PJ/MCJ**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Maracaju-MS torna pública a instauração do Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Appa, 141, Centro, em Maracaju-MS.

Inquérito Civil n. 06.2023.00001340-4.

Requerente:Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: apurar a notícia da ocorrência de possível ilegalidade, decorrente da nomeação de advogada para o exercício do cargo de Diretora Executiva do PROCON de Maracaju/MS.

Maracaju-MS, 29 de novembro de 2023.

DANIEL PÍVARO STADNIKY

Promotor de Justiça

---

**NIOAQUE**

---

**EDITAL Nº 0058/2023/PJ/NOQ**

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NIOAQUE/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, cidade e Comarca de Nioaque, bem como no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2023.00001024-0

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

REQUERIDO: Município de Nioaque

ASSUNTO: Apurar falta de rede de esgoto de parte dos imóveis localizados na Rua Cel. Pedro José Rufino, em Nioaque/MS.

Nioaque, 29 de novembro de 2023.

MARIANA SLEIMAN

Promotora de Justiça

**EDITAL N° 0059/2023/PJ/NOQ**

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NIOAQUE/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, cidade e Comarca de Nioaque, bem como no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

INQUÉRITO CIVIL N° 06.2023.00001179-4

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

REQUERIDO: Município de Nioaque

ASSUNTO: Apurar possível descumprimento, pelo Município de Nioaque, da regra do concurso público para investidura em cargo público, estabelecida pelo art. 37, II, da CF.

Nioaque, 29 de novembro de 2023.

MARIANA SLEIMAN

Promotora de Justiça

**EDITAL N° 0060/2023/PJ/NOQ**

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NIOAQUE/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, cidade e Comarca de Nioaque, bem como no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

INQUÉRITO CIVIL N° 06.2023.00001270-5

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

REQUERIDO: Júlio César Silva Souza

ASSUNTO: Apurar infrações ambientais (danificar APP, destruir ou danificar flores e por fazer uso de fogo, sem autorização ambiental competente), praticadas no Lote 10, Gleba 01, da Colonia Conceição, no Município de Nioaque, objeto dos Autos de Infração nº 012775/2023, 012777/2023 e 012783/2023.

Nioaque, 29 de novembro de 2023.

MARIANA SLEIMAN

Promotora de Justiça

---

**SIDROLÂNDIA**

---

**EDITAL N° 005/2023/02PJ/SDN**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na rua Espírito Santo, nº 1383, em Sidrolândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001341-5.

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requeridos: Valdecir José Carnevalli e Ednéa de Souza Gonçalves Carnevalli.

Assunto: "Apurar possível dano ambiental nos fundos do Restaurante e Churrascaria do Ganso em possível área de preservação permanente decorrente do lançamento de efluentes".

Sidrolândia/MS, 29 de novembro de 2023.

JANELI BASSO

Promotora de Justiça